

Mínimos custará mais de R\$100 bi em 4 anos de Previdência

Mínimo impacta Previdência em R\$ 100 bi

Despesas previdenciárias são pressionadas por política de valorização do salário, e Lula resiste a mudanças

Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli

Asas. Alvo preferencial da revisão de gastos defendida pela equipe econômica, a Previdência Social terá um aumento de ao menos R\$ 520 bilhões em suas despesas nos próximos quatro anos devido à política de valorização do salário mínimo instituída pelo próprio governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Em dez anos, o impacto será ainda maior e chegará a R\$ 520 bilhões, segundo cálculos do economista Fabio Giambiagi, pesquisador associado do FGV Ibm (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas). Para ele, o efeito prático da regra de valorização do salário mínimo anula boa parte do ganho conquistado com a reforma da Previdência de 2019.

No ano que vem, as despesas com benefícios previdenciários (sem incluir sentenças judiciais) devem chegar a R\$ 972 bilhões, segundo estimativas preliminares do governo. O valor ainda não considera potenciais economias com revisão de benefícios.

Só o ganho real do salário mínimo é responsável por cerca de R\$ 10 bilhões de aumento. O impacto da regra é crescente ao longo dos anos e, de acordo com parâmetros do próprio Executivo, pode somar R\$ 131 bilhões entre 2025 e 2028.

No ano passado, Lula propôs e o Congresso Nacional aprovou uma fórmula permanente de correção anual do salário mínimo.

O modelo prevê o reajuste pela inflação medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) em 12 meses até novembro do ano anterior, mais a taxa de crescimento real do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes.

Neste ano, por exemplo, o piso teve uma expansão de 2% acima da inflação. Em 2025, o ganho real será de 2,9%, mesma variação do PIB observado no ano passado.

Trata-se da mesma fórmula adotada em outras gestões do PT e mantida por Michel Temer (MDB). A política de valorização do salário mínimo chegou ao fim no governo de Jair Bolsonaro (PL), quando o piso nacional teve reajustes apenas pela inflação.

Lula e integrantes da equipe econômica argumentam que a regra busca ampliar o poder de compra dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, reduzir desigualdades. Já os economistas e até mesmo alguns integrantes do governo ponderam que é preciso enfrentar o debate da consequência da regra sobre a trajetória de gastos. Dois terços dos benefícios previdenciários equivalem a um salário mínimo. Eles representam quase 44% da despesa total.

Além de criar desafios para a Previdência, a expansão pressiona o limite do novo arcabouço fiscal, que cresce em ritmo mais lento (até 2,5% acima da inflação).

Na visão de um desses in-

tegrantes do governo, não se trata de impor soluções extremas, como o fim da valorização real ou a desvinculação dos benefícios, mas discutir saídas intermediárias — como um reajuste real mais moderado.

“Essa mudança da regra tem efeitos absolutamente devastadores para o futuro da Previdência Social”, afirma Giambiagi à Folha. Segundo ele, a nova regra de salário mínimo desloca para cima a curva de gastos do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), que já era crescente mesmo com a reforma da Previdência.

A reforma de 2019 não foi feita para reduzir a despesa do INSS. Todo mundo sabia que a despesa do INSS continuaria a aumentar”, diz o economista. Ele também questiona a eficácia dessa política no atual estágio do mercado de trabalho.

Para ele, o governo terá de reavaliar mais cedo ou mais tarde e reverter o modelo de correção a partir de 2026, apesar do discurso contrário do presidente Lula e da maioria dos integrantes de seu governo.

O economista Henrique Carmo, professor da FEA-USP (Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, da Universidade de São Paulo) entende que a indexação do salário mínimo e da Previdência é importante, mas o ganho real deveria ser menor. “Talvez fosse mais razoável reajustar de acordo com o crescimento do PIB per capita, que está mais próximo da produtividade”, diz.

Lula afirma que não mudará política do mínimo nem fará desvinculação

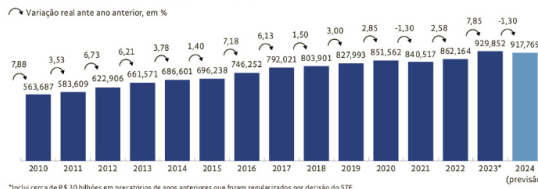
Lula já avisou aos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) que não aceita mudanças na política de valorização do mínimo, nem desvincular os benefícios da Previdência Social. Ele também manifestou publicamente essa posição nesta quarta-feira (26), em entrevista ao portal UOL. “Eu garanto que o salário mínimo não será mexido enquanto eu for presidente da República”, disse.

Integrantes da equipe econômica escovam a orientação do presidente. “A despesa pública não é determinada só pela variação do salário mínimo. Obviamente ela é importante, mas é um componente social importante. Dado que o governo entende que ele é um componente central, precisamos adequar a condução da política fiscal a esse pilar”, disse o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, também na quarta.

Ele negou que, sem mudar a política do salário mínimo, o governo ficaria “enxugando gelo” com outras medidas para conter despesas enquanto o piso impulsiona os gastos da Previdência em igual

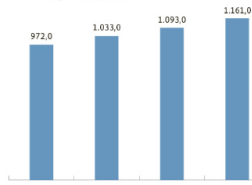
Trajatória das despesas com Previdência

Trajatória das despesas com Previdência. Gastos com benefícios previdenciários, em R\$ bilhões (preço de abril/2024)



*Nota: receita de R\$ 50 bilhões em precatórios de anos anteriores que foram regularizados por decisão do STF. Mesmo em esses valores, a alta real da despesa teria passado dos 4% em 2023.

Projeção preliminar de gastos com benefícios previdenciários**

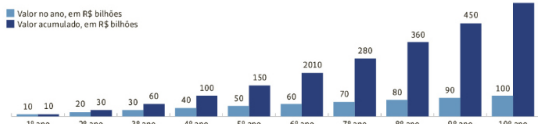


Impacto do ganho real do salário mínimo nas despesas previdenciárias**



**Sem sentenças judiciais e Comprex (compensação previdenciária)

Impacto da valorização do salário mínimo a longo prazo



Fontes: Tesouro Nacional, Orçamento Federal, cálculos do economista Fabio Giambiagi



Lula e Haddad no lançamento do Acredita. CADERNÃO 22. ABC/ALF/REUTERS

ou maior medida. Depois de passar um ano em meio sem focar na agenda de corte de despesas, as equipes da Fazenda e do Planejamento se uniram para apresentar ao presidente um cardápio de medidas. Nas últimas reuniões com os ministros da JEC (Junta de Execução Orçamentária), a orientação de Lula a Haddad e Tebet é que as propostas tenham foco na responsabilidade social e não atinjam os mais pobres.

Giambiagi avalia que Lula é vítima de quem classifica como restrições autocompostas. Além de propor a política de valorização do salário mínimo, não aproveitou a PEC (proposta de emenda) Constituição de governo para buscar uma solução para a correção dos pisos da saúde e educação.

“A política de valorização [do salário mínimo] simplesmente era um assunto que não estava em pauta. Nenhum tratou do assunto durante seis anos. Bolsonaro, com todas as atrocidades que fabricou durante quatro anos, teve 49% e tantos de votos sem dar um único aumento real do salário mínimo, fora o período do governo Temer”, diz.

O economista avalia que ninguém no futuro deixaria de votar em Lula ou no PT pela questão do salário mínimo. “Daí uma não questão que o presidente Lula, preso a uma concepção antiga, colocou gratuitamente na mesa com um efeito devastador”, afirma.

Para ele, uma saída seria Lula dizer que cumpriu a palavra com aumentos importantes durante três anos e, daí em

diante, mudar a regra. Giambiagi avalia ainda que a estratégia de Haddad para a revisão de gastos está confusa. Na sua avaliação, falta um roteiro que aponte o caminho de onde o governo está e onde se quer chegar.

“Em qualquer negociação política, você tem que fazer alguns atalhos, algumas mudanças de rota. Mas tanto ele [Haddad] como o ministro Simone estão saltando assuntos sem a menor base e sem a menor discussão”, afirma o economista. Giambiagi chama esse processo de filiparidade paralisante.

Em recente debate organizado pelo FGV Ibm, o diretor presidente do IbmS (Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social), Paulo Tafner, chamou a atenção para a trajetória de envelhecimento mais acelerada que o previsto, segundo o censo de 2022. “Teremos pela frente desafios maiores do que aqueles originalmente imaginados quando da reforma de 2019”, alertou Tafner.

Para ele, além da questão demográfica, há a erosão do financiamento tradicional da Previdência com a informalidade no mercado de trabalho e queda na arrecadação.

A redução da taxa de fecundidade no Brasil, menor do que a de países da Europa Ocidental, também preocupa. “A população vai entrar em declínio muito antes do que imaginado. Já na década de 20, a população vai começar a atingir o máximo e, depois, começa a declinar”, será sete anos antes que o previsto pelo IBGE.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Página: 2